

Jobim diz que lei eleitoral não muda

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim encerrou ontem o XIII Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, defendendo uma reforma política restrita. "Não acredito de forma nenhuma que podermos ter modificações radicais no sistema a eleitoral", disse Jobim durante o painel *Como vai a democracia brasileira?* Jobim chamou a atenção para o que classificou de "brutal desconexão" entre a composição partidária, o parlamentar e a destinação do mandato.

"É uma Câmara de representação dos estados federais não é uma Assembléia Nacional. Por uma razão simples, questão nacional não elege ninguém. A eleição passa por problemas locais e agora, cada vez mais, tendo em vista o fortalecimento de municípios no processo de encargos e transferência de recursos", disse o ministro.

Jobim criticou o sistema eleitoral que faz dos partidos dependentes dos candidatos e estimula a infidelidade partidária. "Isso leva a que a fidelidade do candidato seja a sua fonte de voto, ou seja, este cidadão vai tomar decisões de natureza que decorram da manutenção do seu corpo eleitoral."

A atuação do Poder Judiciário também foi alvo das críticas do ministro. "Eu diria que dentro desses tribunais há a necessidade de se restabelecer – e isso é uma visão conservadora – uma consistência federativa ou seja a retomada da memória republicana na composição e das funções da Poder Judiciário", afirmou.

Na avaliação de Jobim, o excesso de processos – de oito mil a nove mil por ano para cada um dos 11 ministros – mostra que o STF tornou-se um tribunal de questões individuais. "Isso desconecta o tribunal da tentativa de ser um árbitro da relação federativa. Temos dentro do

Supremo, as demandas federativas, o conflito dos estados no que diz respeito a guerra fiscal, leia-se São Paulo e Minas Gerais, São Paulo e Paraná, São Paulo Rio Grande do Sul e São Paulo e Nordeste".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) analisou as dificuldades de relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. "As relações entre Executivo e Legislativo são primitivas, diria até mais do que isso, são bárbaras. Estamos divididos ali entre os que tudo oferecem ou aceitam tudo o que o governo pedir e aqueles que tudo negam ao governo e não reconhecem nada de positivo em nenhuma atitude do governo".

Os cientistas políticos convidados bateram firme no quadro de exclusão social. Pró-reitor da Universidade Cândido Mendes, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos foi enfático: "A nossa democracia vai muito mal. O governo precisa universalizar o acesso aos direitos civis da população brasileira, coisa que não existe. A eficácia do governo é inversamente proporcional à distância de Brasília. Assegurar a todo cidadão brasileiro o usufruto dos seus direitos civis e políticos é um passo fundamental para se discutir democracia".

O cientista político Sérgio Abranches se disse otimista, mas fez duras ressalvas ao sistema democrático brasileiro. "Como é que podemos ter uma democracia, se ainda persiste no Brasil uma linha que separa por categorias os brasileiros: brancos e negros. Uma sociedade que é racista, uma sociedade que é machista. Uma sociedade que tem esse tipo de estruturação discriminatória e que não reconhece não pode ser uma sociedade inteiramente democrática", disse. O cientista político Bolívar Lamounier não compareceu ao fórum.